

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR AS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E RESPONSÁVEIS PELA CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO, CHAMADA DE “APAGÃO AÉREO”, DESENCADEADA APÓS O ACIDENTE AÉREO OCORRIDO NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800, DA GOL (VÔO 1907) E UM JATO LEGACY, DA AMÉRICA EXCELAIRE, COM MAIS DE UMA CENTENA DE VÍTIMAS

**REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Do Sr. Rodrigo de Castro)**

Requer informações ao Departamento de Polícia Federal de Curitiba sobre inquérito para apurar irregularidades que teriam sido praticadas na Infraero.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei n.º 1.579, de 18 de março de 1952, e na forma do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações ao Departamento de Polícia Federal de Curitiba sobre inquérito para apurar irregularidades que teriam sido praticadas na Infraero, bem como cópias do inteiro teor dos depoimentos prestados pela empresária Sílvia Pfeiffer.

JUSTIFICAÇÃO

As informações solicitadas tornam-se imperiosas para esclarecer fatos delituosos, objeto desta CPI e certamente fornecerão subsídios elementares e indispensáveis para que a investigação parlamentar possa desenvolver-se a contento e enfrentar diretamente o seu objeto, em especial sobre as condições de trabalho e prestação de serviço de controle de tráfego aéreo nos aeroportos brasileiros, suas causas, consequências e responsáveis.

A revista Isto É, em sua edição de 23 de maio de 2007, publicou reportagem sob o título "Lição de Casa – Acordos nas CPIs não influenciam a PF e o Ministério Público no caso Infraero". Diz a notícia:

“Na contramão das CPIs da Câmara e do Senado, a Polícia Federal e o Ministério Público dão sinais concretos de que as irregularidades praticadas na

Infraero poderão ser investigadas e os responsáveis por elas punidos. Na manhã da sexta-feira 12, a empresária Silvia Pfeiffer entrou discretamente na sede da PF em Curitiba (PR) e começou a prestar um depoimento que até a tarde da quinta-feira 17 não havia terminado.

“Estou contando como funciona o esquema de corrupção na Infraero em seus mínimos detalhes”, disse Silvia. Em abril, à ISTOÉ, a empresária relatou como era realizada a distribuição de propinas na estatal e mostrou depósitos bancários feitos nas contas de diretores da Infraero. Suas denúncias levaram à instauração de dois inquéritos: um investiga a existência de caixa 2 nas campanhas políticas do Paraná e, o outro, as irregularidades na estatal dos aeroportos. À PF e ao MP Silvia tem entregue novos documentos e os procuradores não descartam a possibilidade de, a partir do depoimento, requisitarem a quebra de sigilos bancários, telefônicos e fiscais.

As informações e documentos levados pela empresária à polícia animam os procuradores e delegados envolvidos no caso. Também nas CPIs, tem crescido o número de parlamentares interessados em ouvi-la, mas a maioria governista insiste em tapar o sol com a penira. “Não dá para separar apagão aéreo dos investimentos mal feitos da Infraero”, considera a deputada Solange Amaral (DEM – RJ), vice-presidente da Comissão. “Botaram dinheiro nos aeroportos e não investiram em segurança de vôo. Agora eu entendo por que o governo parou o Congresso para impedir a CPI.” Além de Sílvia, Solange apresentou requerimento para convocar a diretora de Engenharia da Infraero, Eleuza Therezinha Lopes. O requerimento ainda não foi aprovado. Há, porém, quem considere que o empenho da oposição acabará refreado pelo fato de algumas das denúncias de Sílvia atingirem também políticos do PFL (o atual DEM) no Paraná. “É por isso que nem o governo nem parte da oposição querem investigar a Infraero”, critica a deputada do PSOL Luciana Genro (RS). Ela apresentou requerimento para convocar Silvia Pfeiffer, mas o relator da CPI, Marco Maia, do PT gaúcho, engavetou o documento. Se não vier a ser chamada para a CPI, Sílvia pode ainda ser convocada por alguma outra instância da Câmara. O deputado Celso Russomano, do PP paulista, quer levá-la à Comissão de Fiscalização e Controle.

As denúncias, porém, começam a ter efeito prático na Infraero. Atendendo a recomendação da Controladoria-Geral da União, a Infraero afastou na quarta-feira três ex-diretores comerciais envolvidos com as falcatruas do contrato com a FS3 Comunicação, denunciadas por ISTOÉ em 2004. Foram afastados de seus cargos a assessora de Planejamento Mariângela Russo, o assessor comercial do Aeroporto de Guarulhos Roberto Spinelli Júnior e o assessor da Presidência Tércio Ivan de Barros, ex-diretor comercial. Se juntam aos exdiretores comerciais Fernando Brendaglia e Wellington Moura, além da assessora da diretoria comercial Márcia Chaves, que já tinham sido afastados. Documentos entregues na PF podem levar à quebra de sigilos bancários.”

Sala da Comissão, 22 de maio de 2007.

Deputado RODRIGO DE CASTRO